A imprensa como ideologia

Luiz Marques

12/03/2026

1.

Que entendimento de democracia desenvolve a mídia corporativa? Resposta: a de que a democracia é um sistema político onde se desenrola um permanente confronto de opiniões. A definição não faz distinção entre os pontos de vista, o que abre a janela às *fake news* magnificadas por robôs para manipular os receptores das mensagens. O objetivo é orientar a opção dos consumidores e a tendência dos eleitores para formatar o gosto dos brasileiros.



A "democracia de opinião" dita a performance dos meios de comunicação. Não vale para as relações entre os patrões e os empregados (colaboradores, *sic*) no interior das empresas, onde o pensamento único senhoril fixa o regramento para aumentar os lucros de modo sensacionalista. Aqui, os veículos de massas têm em comum com a extrema direita a apologia da liberdade de expressão como um valor, em abstrato. Na caixa de Pandora que destampa a dor e o sofrimento, ao revés da esperança no fundo, encontra-se a coleção das fraudulentas emendas impositivas.

A pasteurização de consciências no entretenimento medíocre da TV global inclui a venda de carnês para meter a mão na renda dos pauperizados. Os domingos servem de inspiração ao assalto dos aposentados no INSS e para as falcatruas do banco Master, no desgoverno do Bozo. O recado tem os olhos azuis: as coisas só mudam graças a algum golpe. Uma lavagem cerebral estimula as pregações de cinismo para gozar privilégios. Apaga-se o trabalho dos sindicatos, entidades comunitárias e organizações contrárias às medidas neoliberais. A solidariedade é enterrada a sete palmos.

O elogio da opinião, *per se*, revalida o supremacismo colonialista de raça e o supremacismo patriarcal de gênero, como se a roda da história tivesse parado e o tempo estivesse congelado na tradição de mando e obediência. Contudo, a revolução cultural de Maio de 1968 continua a reconfigurar a moral e os costumes das gerações. Cazuza tinha razão: "A tua piscina tá cheia de ratos / tuas ideias não correspondem aos fatos / É, o tempo não para". Eis o principal ensinamento emancipacionista a ser tirado do sessentismo.

A democracia vai além da troca de opiniões e da mitificação do papel dos noticiários. Implica o próprio conteúdo da linguagem escrita e falada. Para Claude Lefort, em *A invenção democrática*, "a democracia é um processo cumulativo de valores civilizacionais", regido pelo princípio inalienável do "direito a ter direitos". Tal é o parâmetro para uma sociabilidade humana.

O direito a ter direitos esbarra na ilusão meritocrática que abstrai as condições de nascimento e o acesso precário das periferias à educação e à cultura. A meritocracia é o triunfo dos vencedores; ignora os motivos que condicionam os perdedores na guerra hobbesiana de todos contra todos. Assim, transforma os primeiros em campeões da arrogância; e os demais em criaturas invisíveis.

O termo *meritocracy* nas origens não é sinal de justiça; tem um sentido distópico. A apropriação pelas elites avaliza simbólica e moralmente as pretensas virtudes do capitalismo. A prestidigitação mascara a corrida competitiva com pobres, negros, mulheres, indígenas e grupos LGBTQIA+ sempre no pelotão detrás. *Hélas*.

A Teologia da Prosperidade recrudesce a crença nos eleitos de deus para explicar as desigualdades. A imprensa como ideologia acoberta os mecanismos da exclusão que sequestra os direitos, com a alegação da falta de "mérito". Sem o discurso calvinista a verdade viria à tona rápido e a farsa se evidenciaria para todos.

2.

O que é política, na percepção da mídia corporativa? Resposta: as atividades da representação no Legislativo e no Executivo dos municípios, estados e União, que tomam as decisões na República. O modelo baseado em representantes é consolidado ao longo do século XX. Significa que a política tem um *locus* especial para ser exercida. Prevalece a cosmovisão institucionalista do ofício.

Fernando Henrique Cardoso esgrime a versão hegemônica na greve dos petroleiros no início de 1995, em que uma categoria de 40 mil trabalhadores mantém o paredismo por 32 dias. Contra a agenda de privatizações e os cortes de direitos, postula um monopólio estatal do petróleo e um cumprimento de acordos salariais anteriores, enfrentando as demissões e as intervenções judiciais que acusam de abusivas as demandas grevistas. O Estado neoliberal começa então a mostrar as garras afiadas, e o ex-presidente determina a ocupação das refinarias pelo exército.

Os líderes do movimento extrapolam as funções ao levantar a bandeira "Não à privatização da Petrobrás", reclama FHC. Se querem fazer política candidatem-se ao Parlamento. O exercício da política transcorre no Congresso Nacional. Só empoderada no voto das urnas as posições antiprivatistas dispõem da sagrada legitimidade para disputar a volatilidade da opinião pública.

O sociólogo pede que esqueçam o que escreveu, parecendo desconhecer que a pressão das ruas têm um caráter político; direcionam o poder público. Rosa Luxemburgo se opõe ao fechamento da Duma na URSS pelos bolcheviques, lembrando que ao mobilizar o povo a esquerda consegue aprovar temas polêmicos em plenários conservadores e mesmo reacionários.

O fato de os atores coletivos não figurarem nas manchetes, exceto nas ocasiões em que vidraças são quebradas por *black blocs* vestidos de preto com máscaras para se proteger da vigilância policial, não quer dizer que não se constituam em sujeitos da política. A participação cidadã confere uma racionalidade aos equipamentos urbanos para superar as desigualdades, inclusive no plano institucional. Tipo as cotas de reparação que alavancam a mobilidade social para compensar 350 anos de escravização.

O liberalismo detesta os heróis oriundos de coletivos com um viés anarquista ou anticapitalista. Prefere os mocinhos empenhados em corrigir o regime, em vez de substituí-lo por sonhos nunca testados na prática. A noção criada por Henry David Thoreau – "desobediência civil" – celebra o indivíduo soberano contra as leis reputadas injustas do Estado, e não as manifestações pluralistas orquestradas pelas associações ou pelos partidos progressistas.

Até na denúncia de atrocidades os aparelhos midiáticos falseiam o real. Ao criticar as contribuições obrigatórias, atacam um suporte material das ações sindicais enfraquecidas nas crises econômicas. Ao citar o número absurdo de agremiações partidárias, reiteram a antipolítica pró-mercado. Ao estampar o genocídio na Faixa de Gaza e os bombardeios no Líbano e no Irã, escondem a total responsabilidade de Israel e Estados Unidos pelos conflitos.

O *lawfare* (*law*/direito, *warfare*/guerra) torna o direito uma arma de destruição de reputações (pessoas, instituições), por intermédio de uma exposição aos moldes de uma operação militar. O instrumento popularizado na Lava Jato é a negação do direito e dos direitos – a terra de Marlboro. A presunção de inocência cai. Não há o contraditório, nem o direito moderno de ampla defesa.

Como observa Achille Mbembe na aula magna da USP em 2024, publicada com o título *Democracia como uma comunidade de vida*, o método democrático não se resume a uma tecnologia de governo. Qual a vida, é nossa última utopia. “O futuro da humanidade não está apenas firmemente atrelado à Terra. Ele também pode estar firmemente atrelado à democracia. Precisamos parar de nos comportar como se pudéssemos ir para outro lugar”. Jeff Bezos, Elon Musk e seus pares bilionários estão enganados.

O nó górdio concerne à recusa da imprensa realmente existente em preservar o planeta e a democracia, enquanto as *big techs* e as finanças envernizam um novo miliciano corrupto de sobrenome infame. Mostra que os donos do poder não têm compromisso efetivo com o amanhã, mas com a necropolítica: a acumulação do egoísmo e a promoção da infelicidade. *Vade retro satana*.

***Luiz Marques** é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.*

Compartilhe nas redes: